

PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO*

ANO LETIVO:	2026		
CAMPUS:	Paranavaí		
CURSO:	PPIFOR		
GRAU:	Pós-graduação <i>stricto sensu</i>		
NOME DA DISCIPLINA:	Trabalho e educação no Brasil e suas relações com o processo ensino-aprendizagem		
SÉRIE/PERÍODO:	1º ano		
TURMA:	Turma 2026	TURNO:	Integral
CARGA HORÁRIA TOTAL:	60h		
CARGA HORÁRIA TEÓRICA:	60h		
CARGA HORÁRIA PRÁTICA:	-		
CARGA HORÁRIA EAD:	-		
CARGA HORÁRIA EXTENSÃO:	-		
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	4h		
OFERTA DA DISCIPLINA:	() ANUAL (x) SEMESTRAL		
DOCENTE	Renan Bandeirante de Araújo		
TITULAÇÃO/ÁREA:	Doutorado Sociologia		

2. EMENTA

Estudos sobre as mudanças no mundo do trabalho e as suas relações com a formação docente e com as práticas educacionais atuais.

3. OBJETIVOS

Geral:

- Formar professores capazes de estabelecer relações entre o processo histórico de produção social do conhecimento e o ensino no Brasil, considerando as mudanças no mundo do trabalho e suas correlatas repercussões nas políticas públicas para a educação e qualificação profissional.

Específicos:

- Conhecer as formas de sociabilidade inerentes à organização produtiva taylorista/fordista/toyotista do trabalho e o processo ensino-aprendizagem contemporâneo.
- Compreender a categoria trabalho na sociedade do capital e suas repercussões para a formação dos trabalhadores.
- Estabelecer um vínculo entre a economia brasileira e as propostas educacionais nos séculos XX e XXI.

- Analisar as reformas educacionais em curso e a formação docente no Brasil.

Articular os problemas da educação na atualidade com as relações sociais capitalistas.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Grande indústria e conhecimento social.
- Taylorismo/fordismo/toyotismo e sociabilidade.
- Reestruturação produtiva e educação nos séculos XX e XXI.
- Economia e educação no Brasil: século XX e século XXI.

5. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas para a leitura, discussão e análise, em sala de aula, do referencial teórico conforme conteúdo bibliográfico previamente disponibilizado. Uso, de forma previamente definida e pontual, da projeção e análise da produção fílmica relativa aos conteúdos abordados em sala.

6. RECURSOS DIDÁTICOS

- Textos: livros; capítulos de livros; artigos; teses.
- Lousa Quadro Branco.
- Plataforma virtual Google Sala de Aula para disponibilização do referencial teórico.

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Participação nas aulas e
- Produção trabalho final na modalidade artigo científico.

No caso de estudantes do Público da Educação Especial (PEE) — que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva, neuromotora, altas habilidades/superdotação, transtorno do espectro autista e transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, transtorno do déficit de atenção com ou sem hiperatividade, entre outros), estão asseguradas as medidas necessárias para a devida avaliação. A flexibilização e adaptação da avaliação levarão em consideração as necessidades do aluno PEE e contarão com o apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando necessário.

8. BIBLIOGRAFIA

BASICA

ALVES, G. **O Estado neoliberal no Brasil: uma tragédia Histórica**. Marília: Projeto Editorial

Praxis, 2024.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BAIMA, J. E. O direito à educação e a progressão continuada: para além da aparência / José Eudes Baima Bezerra. São Paulo: Serpente, 2015.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 04, de 12 de abril de 2024a. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura)

GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. In: *Maquiavel a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARANHÃO, Ricardo. O governo Juscelino Kubitschek. 5oed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis N^{os} 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 35, p. 1-3, 17 fev. 2017a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2019.

FALLEIROS, I. Parâmetros curriculares nacionais para a educação básica e a construção de uma nova cidadania. In: NEVES, Lúcia Maria W. (Org). *A nova pedagogia da hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 211-235.

FAYOL, H. Administração industrial e geral. Trad. Irene Bojano. 1º. Ed. São Paulo: Atlas, 1950.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017.

SENNET, R. *A corrosão do caráter*. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, F. L. G. *A fábrica como agência educativa*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2004.

TAYLOR, F. W. *Princípios de administração científica*. Trad. Arlindo Vieira Ramos. 8. ed. São Paulo Atlas, 2006.

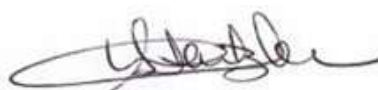
9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia:	11
Mês:	02
Ano:	2026
Ata Nº:	01/2026



Renan Bandeirante de Araújo
Docente



Márcia Marlene Stentzler
Coordenação do curso